

Parte III

Atitudes perante a vida e relações sociais

**Ciclo de vida e atitudes perante a vida:
Satisfação com a vida, religiosidades e redes de relações
sociais**

Gil Nata (FPCE-UP)

Isabel Menezes (FPCE-UP)

As perspectivas do ciclo vital assumem não apenas a existência de mudanças no desenvolvimento individual ao longo da vida (Baltes *et al.* 1980; Baltes 1987; Baltes *e tal.* 1999; Elder 1974, 1998; Havighurst 1973; Lerner 1998; van Hassen e Hersen 1992), como também reconhecem a multiplicidade e a diversidade de percursos existenciais que as configuram, e a necessidade de colocar esse desenvolvimento em-contexto, no sentido de que trata de reconhecer tanto as influências ligadas à idade quanto as geracionais e sócio-históricas ou as que decorrem da biografia de cada pessoa (Anxo e Boulin 2006; Banaji e Prentice 1994; Bronfenbrenner 1979, 1986; Bronfenbrenner e Morris 1998). Estas influências exercem-se através da vivência de acontecimentos normativos, quando associados à idade e/ou geração, e não-normativos, quando escapam a essa malha de significados colectivos (Baltes 1987; Schlossberg 1981; Morgan e Kunkel 2007). Como salientam Schulenberg *et al.* (1997) o contexto sociocultural tem providenciado um “calendário social normativo” específico “em função do género, classe, cultura e período histórico” (5).

No entanto, o efeito conjugado da crescente individualização, como processo hegemónico de socialização das sociedades contemporâneas, com a ruptura em relação à tradição (Bauman 2001; Beck 1992; Lipovetsky 1983; Lipovetsky e Charles 2004; Putnam 2001) tem tido como consequência uma maior des-padronização e des-ritualização desta malha colectiva (Pais 2001; Settersten Jr. e Gannon 2005), deixando os indivíduos crescentemente abandonados a si próprios, autores únicos de uma biografia “faça-você-mesmo” (Beck 2000), responsáveis pela afirmação da sua autonomia e singularidade, e, acima de tudo, pelo cumprimento da obrigação de serem felizes (Lipovetsky 2007; Twenge 2006). Em todo o caso, “esta individualização é constrangida por forças que são fundamentalmente de natureza social, cultural e estrutural” (Bynner 2005, 379) – o que ajuda a perceber porque temos padrões de transição fortemente influenciados pela exclusão social.

Neste contexto, a análise das atitudes perante si próprio e a sua vida ao longo do ciclo vital não pode fazer-se senão no cruzamento com esta *mathesis*, assumindo uma visão miscigenada de agência *na* estrutura que procura perceber como os indivíduos constroem significados para a sua vida “nos – ou apesar dos – parâmetros dos contextos sociais” (Settersten Jr. e Gannon 2005, 36). Ora, na medida em que “os

cursos da vida são tanto individual como socialmente construídos e portanto sujeitos à mudança social” (Anxo e Boulin 2006, 321) parece-nos especialmente interessante atender, neste capítulo, a indicadores relevantes do domínio pessoal, social e transcendental dos sujeitos, como a satisfação com a vida, a religiosidade, e as redes de relação.

Assim, começamos este trabalho pela análise da forma como os países se agrupam relativamente a quatro grandes dimensões, designadamente a satisfação com a vida, religiosidade, sociabilidade, e envolvimento comunitário. Posteriormente, examinamos a relação destas dimensões com algumas variáveis referentes ao ciclo de vida (idade, estado civil, maternidade e paternidade). Por último, debruçar-nos-emos mais aprofundadamente sobre a satisfação com a vida, estudando o papel preditor de algumas variáveis societais (satisfação com a democracia e a economia, confiança interpessoal) e psicológicas (dimensões do empoderamento individual) em diferentes momentos do ciclo de vida, reconhecendo aqui que “os períodos de vida são [também] importantes elementos da estrutura social” (Settersten Jr. e Gannon 2005: 43).

1. Dimensões das atitudes perante a vida

Organizámos as atitudes perante a vida em função de quatro dimensões (Quadro 6.1): a *satisfação com a vida*, que remete para sentimentos positivos face à própria vida no momento actual, sendo conceptualmente próxima da escala de satisfação com a vida proposta por Diener e colaboradores (Diener, Emmons, Larsen, e Griffin 1985; Pavot e Diener 1993); a *religiosidade*, que apela para a medida em que a pessoa se define a si própria como religiosa (incluindo, assim, uma dimensão identitária) e para o seu envolvimento em práticas religiosas para além de celebrações especiais (participação religiosa) – sendo esta última dimensão frequentemente usada em estudos internacionais (Morris e Inglehart 2004); a *sociabilidade*, que aponta para práticas de interacção social com a família e os amigos, ou seja, as saídas e encontros informais com a rede social (Vaux 1988); e o *envolvimento comunitário*, que descreve a participação relativamente organizada em voluntariado ou outras actividades associativas na comunidade, cujo incremento a investigação tem destacado por oposição ao declínio de formas tradicionais de participação política (Dalton 2000;

Kaase 1984; Kymlicka e Norman 1995; Sullivan e Transue 1999; Theiss-Morse e Hibbing 2005). De salientar que Putnam (2001) considera estas duas últimas dimensões como componentes do envolvimento cívico que é gerador de capital social. No entanto, enquanto que na sociabilidade se trata de um capital social exclusivo, porque tendencialmente homogéneo e centrado nas próprias relações com o objectivo principal de fortalecer laços (*bonding*), no envolvimento comunitário o capital social seria inclusivo, porque mais heterogéneo e eminentemente centrado na mudança social (*bridging*) (Oorschot, Arts e Gelissen 2006).

Quadro 6.1 - Itens e alfa de Cronbach das várias escalas das atitudes perante a vida

<p>Satisfação com a vida $\alpha = 0,87$</p> <p>Tudo somado, qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral Considerando todos os aspectos da sua vida, qual o grau de felicidade que sente De um modo geral, a minha vida aproxima-se do que eu gostaria Em que medida se sente satisfeito(a) com a forma como a vida lhe tem corrido até agora E, em que medida está satisfeito(a) com o seu nível de vida actual</p>
<p>Religiosidade $\alpha=0,82$ (a correlação inter-item mais baixa foi de 0,625)</p> <p>Independentemente de pertencer a uma religião em particular, numa escala de 0 a 10, diria que é uma pessoa Sem contar com ocasiões especiais tais como casamentos e funerais, com que frequência é que participa, actualmente, em serviços religiosos Sem contar com os serviços religiosos com que frequência é que reza</p>
<p>Sociabilidade (correlação inter-item de 0,360)</p> <p>Com que frequência convive com amigos, familiares ou colegas de trabalho Comparando com outras pessoas da sua idade, com que regularidade é que participa em actividades sociais</p>
<p>Envolvimento Comunitário $\alpha=0,70$ (a correlação inter-item mais baixa foi de 0,414)</p> <p>Nos últimos 12 meses, com que frequência colaborou com organizações de caridade ou de voluntariado Sem contar com o apoio à família, com o que faz no trabalho ou em organizações de voluntariado, com que frequência ajudou activamente alguém, nos últimos 12 meses E ainda nos últimos 12 meses, colaborou ou participou em actividades organizadas na sua área de residência</p>

Nota: No caso das dimensões constituídas por 3 itens reporta-se, para além do alpha de Cronbach, a correlação inter-item mais baixa. No caso da dimensão constituída por 2 itens reporta-se apenas a correlação inter-item.

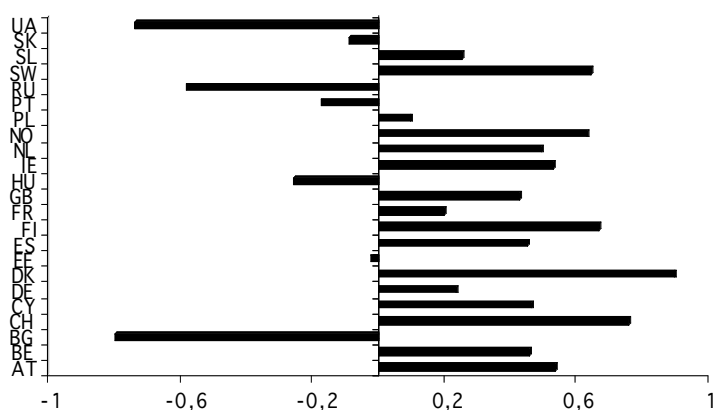
Desde já, é de notar como estas dimensões se correlacionam entre si. A correlação entre a satisfação com a vida e religiosidade é de 0,04 ($p < 0,001$), indicando que os mais religiosos estão ligeiramente mais satisfeitos com a sua vida. Note-se, no entanto, a baixa magnitude do efeito, correspondendo apenas a 0,002 da variância explicada. A correlação entre sociabilidade e religiosidade é, embora significativa, muito baixa ($r = -0,02$, $p < 0,001$). Também a correlação entre envolvimento comunitário e religiosidade é baixa ($r = 0,09$, $p < 0,001$), no sentido de os sujeitos mais religiosos se envolverem mais na comunidade. Quer o envolvimento comunitário

($r=0,23$, $p<0,001$), quer a sociabilidade ($r=.27$, $p<0,001$), estão associados à satisfação com a vida, dado que vai ao encontro de outros dados do inquérito¹. Por último, a sociabilidade apresenta uma correlação positiva com o envolvimento comunitário ($r=0,21$, $p<0,001$).

2. Variações nas atitudes perante a vida

Para efeitos de comparação entre os países, os *scores* nestas dimensões foram padronizados. As figuras seguintes apresentam as médias nas diversas dimensões para os vários países.

Figura 6.1 - Satisfação com a vida nos diferentes países²

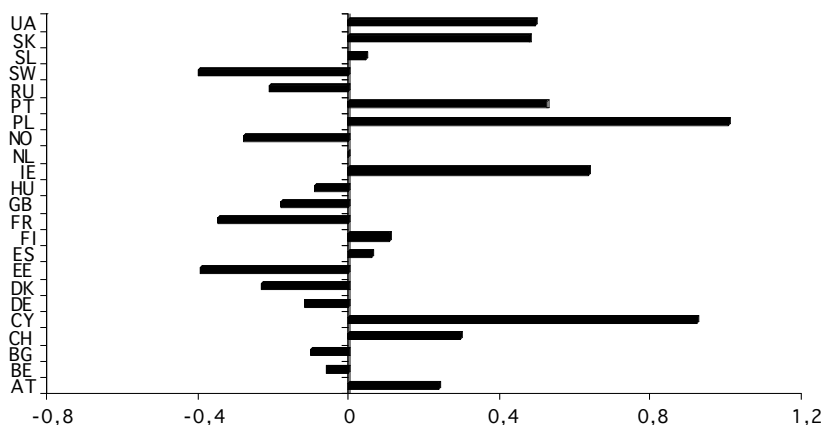


Como se pode verificar na figura 6.1, a satisfação com a vida é mais elevada nos países do Norte e Centro da Europa, sendo expressivamente mais baixa na Federação Russa, Ucrânia e Bulgária. Portugal tem também uma média ligeiramente negativa.

¹ Dados analisados por Pedro Ferreira e Isabel Menezes no âmbito do módulo sobre bem-estar pessoal e social, a publicar brevemente.

² Legenda: UA – Ucrânia; SK – Eslováquia; SL - Eslovénia; SW – Suécia; RU – Federação Russa; PT – Portugal; PL – Polónia; NO – Noruega; NL – Holanda; IE – Irlanda; HU – Hungria; GB – Grã-Bretanha; FR – França; FI – Finlândia; ES – Espanha; EE – Estónia; DI – Dinamarca; DE – Alemanha; CY – Chipre; CH – Suíça; BG – Bulgária; BE – Bélgica; AT – Áustria.

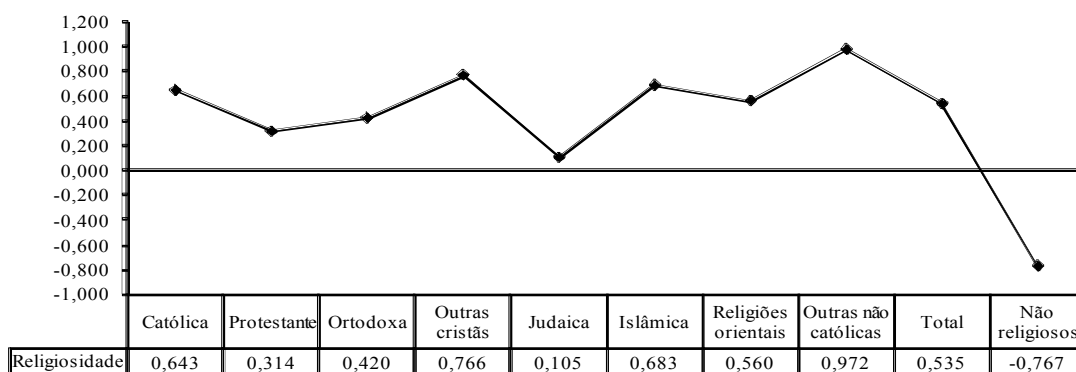
Figura 6.2 - Religiosidade nos diferentes países



Já quanto à religiosidade (Figura 2), Polónia, Chipre, Irlanda e Portugal apresentam os resultados mais elevados, seguidos de perto pela Eslováquia e Ucrânia; é curioso verificar que metade dos países europeus incluídos neste estudo têm médias negativas, embora seja de lembrar que esta escala se centra tanto na identidade quanto na participação religiosa (rezar e frequentar um local de culto), não incorporando outro tipo de relação com o sagrado, como a espiritualidade (Emmons e Paloutzian 2003). Dois aspectos nos parecem aqui de realçar: o impacto das confissões religiosas e as variações nos países do ex-Bloco Soviético.

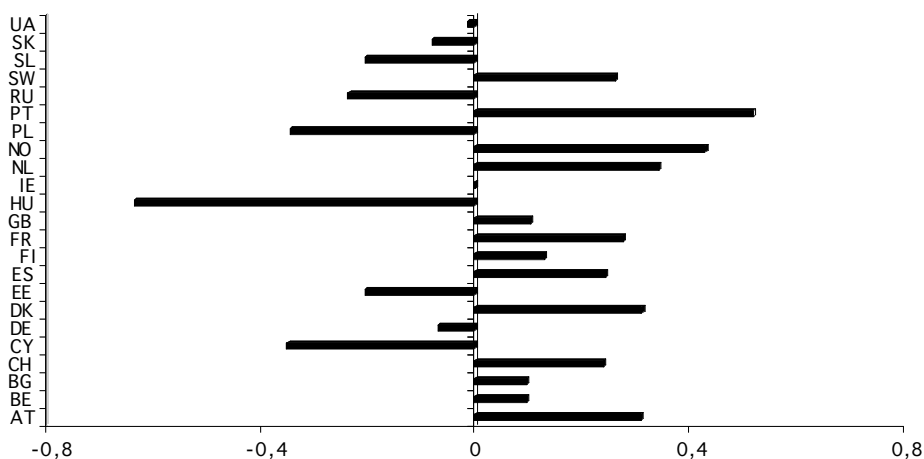
De facto, é interessante constatar que a religiosidade varia em função da confissão religiosa (Figura 6.3), com os crentes de religiões não católicas a demonstrarem uma religiosidade mais intensa, seguidos pelos de religiões cristãs, pelos islâmicos e pelos católicos; são os judeus que menos atribuem relevância a esta dimensão.

Figura 6.3 Variações na religiosidade em diferentes confissões religiosas e para os não religiosos



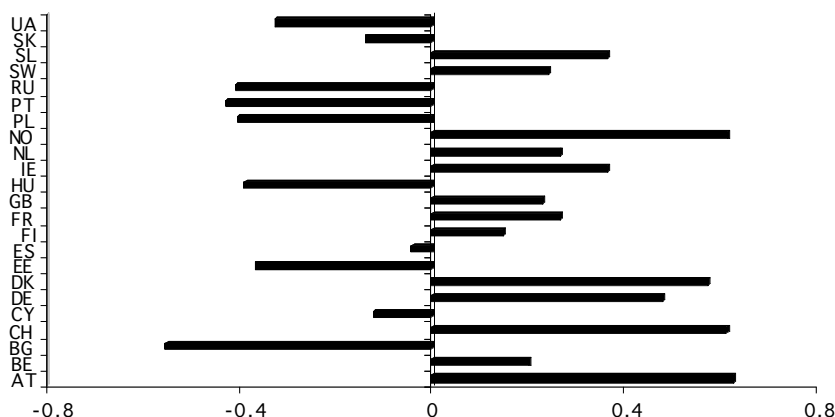
Quanto às variações na religiosidade dos países do ex-bloco soviético, é interessante ver que, longe de constituir um perfil único sugerindo uma crescente secularização *ou* um revivalismo religioso, revelam, tal como nos outros países europeus, diferentes valorizações possivelmente relacionadas com uma combinação de factores como a história do papel da Igreja, o desenvolvimento cultural e económico e a vivência de incerteza e insegurança social e económica, tal como proposto por Norris e Inglehart (2004).

Figura 6.4 - Sociabilidade nos diferentes países



Os indicadores de sociabilidade (Figura 6.4) revelam que Portugal é o país que regista a maior sociabilidade, seguindo-se os países nórdicos (Noruega, Dinamarca, Suécia), a Holanda, a Áustria, a França e a Espanha – é particularmente interessante o destaque que este tipo de sociabilidade parece ter no Norte e Sul da Europa Ocidental. Destacam-se pela negativa a Hungria, o Chipre, a Polónia, a Rússia e a Eslovénia, mas também na Ucrânia, Alemanha e Eslováquia a sociabilidade aparece mais baixa. Estes resultados têm continuidades, mas também divergências, com os dados do *European Values Survey* de 1999/2001 analisados por Oorschot, Arts e Gelissen (2006) que também constataram a elevada sociabilidade dos Portugueses face à família, intensidade partilhada com os Húngaros, que agora revelam valores francamente negativos, e demonstrada também pelos Alemães face aos amigos. Sendo verdade que a nossa escala agrega a interação com família, amigos e actividades sociais, será interessante que futuros estudos explorem eventuais transformações nos padrões de interação social na Europa e os seus preditores.

Figura 6.5 - Envolvimento comunitário nos diferentes países



Finalmente, no que concerne ao envolvimento comunitário (Figura 6.5), os países do Norte e Centro da Europa revelam valores mais elevados, sendo de destacar aqui a Eslovénia, único país com uma transição democrática mais recente a integrar este grupo. Todos os países com médias negativas de envolvimento comunitário experienciaram transições democráticas nos últimos 30 anos, incluindo Portugal, a Espanha, o Chipre e todos os restantes países do ex-bloco soviético. Este resultado é muito interessante na medida em que parece revelar uma forte associação com a vivência democrática.

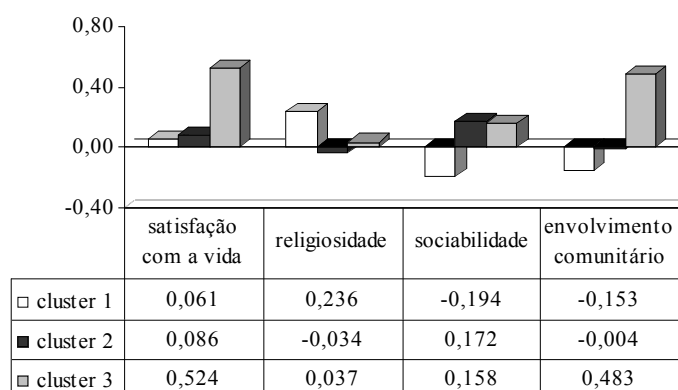
No sentido de explorar como se agrupam os países participantes relativamente a estes quatro grandes domínios, realizámos uma análise de clusters (*two step*). Os resultados mostram a existência de três grandes *clusters* (Figura 6.6):

- o primeiro grupo de países (Bulgária, Chipre, Estónia, Finlândia, Hungria, Polónia, Eslovénia e Eslováquia) obtém os valores mais elevados na religiosidade, uma moderada mas positiva satisfação com a vida, e valores negativos de sociabilidade e envolvimento comunitário; são maioritariamente de países do centro e leste da Europa;

- o segundo grupo associa países da faixa mais ocidental e mais oriental da Europa (Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Portugal, Federação Russa, Suécia, Ucrânia) e destaca-se pelos valores mais elevados da sociabilidade; as médias nas restantes escalas rondam o valor médio total (0);

- o terceiro grupo apresenta os valores mais elevados de satisfação com a vida e envolvimento comunitário, e uma sociabilidade e religiosidade positivas (embora próximo de 0 neste último caso); envolve países da Europa Central e do Norte (Áustria, Bélgica, Suíça, Alemanha, Dinamarca, Irlanda e Noruega).

Figura 6.6 - Clusters dos países face às dimensões das atitudes perante a vida



Ora, na medida em que a valorização da religiosidade e o fraco envolvimento comunitário poderia gerar uma associação de Portugal com países do centro e leste Europeu, a sociabilidade parece desempenhar um papel decisivo para o posicionamento de Portugal com os outros países da faixa ocidental da Europa. Assim, esta análise parece sugerir a existência de três “Europas”: “uma” Europa da religiosidade e de moderada satisfação com vida, com fraca sociabilidade e envolvimento comunitário; “uma” Europa da sociabilidade, medianamente religiosa, medianamente satisfeita e medianamente envolvida na comunidade; e, finalmente, “uma” Europa da satisfação com a vida, envolvida na comunidade, moderadamente religiosa e moderadamente sociável. Tratando-se, como é evidente, de uma análise mais heurística do que conceptual, é em todo o caso interessante na medida em que permite uma concepção mais polifónica da Europa.

2.1. Atitudes perante a vida ao longo do ciclo vital

No sentido de explorarmos a variação das atitudes perante a vida ao longo do ciclo vital procedemos a análises de variância multivariada (MANOVA) tomando os

escalões etários como factor de diferenciação. Dado que nos interessa perceber a amplitude da associação entre cada variável independente e a variável dependente, excluindo a influência de outros factores (Pierce, Block e Aguinis 2004), atenderemos não apenas às diferenças significativas, mas também à magnitude do efeito através do cálculo do eta quadrado parcial (η_p^2) que corresponde à proporção de variação total explicada por cada variável.

O Inquérito Social Europeu é aplicado a jovens a partir dos 15 anos, sendo esta variável recodificada em 5 grupos (Quadro 6.2), opção que permite tipificar os seguintes grupos: adolescentes e adultos emergentes (dos 15 aos 29 anos), adultos (dos 30 aos 44 anos), meia-idade (dos 45 aos 59 anos), “velhos jovens” (dos 60 a 74 anos) e “velhos velhos” (mais de 75 anos) – tipificação que a investigação tem vindo a revelar pertinente na compreensão do desenvolvimento ao longo do ciclo vital (Arnett 2000, 2004; Baltes e Smith 2003; Neugarten e Bernice 1974). Por exemplo, a maior longevidade das últimas décadas tem não só levado à expansão da terceira-idade até uma quarta-idade (Baltes e Smith 2003), como ao reconhecimento de que “a teoria do desinvestimento, que enfatiza o inevitável desinvestimento na vida social pelas pessoas mais velhas, tem sido largamente refutada pela investigação empírica (...) que demonstra antes a importância de um envolvimento activo na vida para otimizar o bem-estar” (Pienta 2009: xii). Assim, pareceu-nos particularmente relevante usar esta versão alargada do ciclo vital.

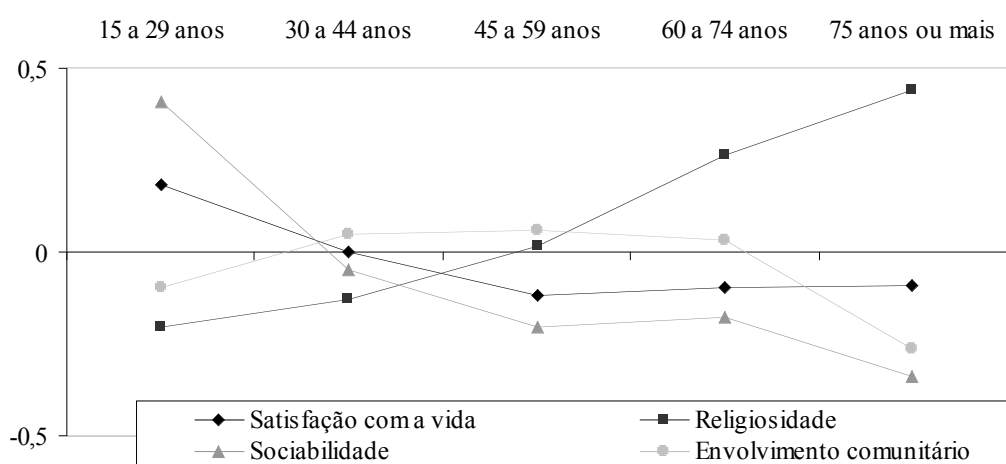
Quadro 6.2 - Caracterização da amostra em função dos escalões etários

Escalões etários	N	%
15 a 29 anos	11312	23,0
30 a 44 anos	12505	25,4
45 a 59 anos	12931	26,3
60 a 74 anos	8676	17,6
75 anos ou mais	3484	7,1
Omissos	299	0,6
Total	49207	100,0

Como se pode observar na figura 6.7, ao longo do ciclo vital é relativamente expressiva a diminuição da sociabilidade ($\eta_p^2=0,063$), embora com alguma estabilidade na transição da meia-idade para a fase inicial da terceira idade. Relativamente à religiosidade, constata-se o seu moderado aumento ao longo da vida

($\eta_p^2=0,039$). A satisfação com a vida tende a diminuir até à meia-idade, estabilizando depois dos 45 anos ($\eta_p^2=0,014$), enquanto que as variações no envolvimento comunitário são menos intensas ($\eta_p^2=0,008$), com um incremento pós-juventude que estabiliza na idade adulta e decresce significativamente a partir dos 75 anos, possivelmente por limitações relacionadas com a saúde. No entanto, a amplitude do efeito dos escalões etários sobre estas duas últimas variáveis é pequena.

Figura 6.7 - Variação nas atitudes perante a vida ao longo do ciclo vital



De notar que a sociabilidade é fortemente afectada pelas oportunidades de interacção social ao longo da vida (Vaux 1988), oportunidades que estão dependentes dos contextos de vida e das tarefas com que os indivíduos se confrontam no ciclo vital. Deste ponto de vista, não é surpreendente tanto a intensidade da sociabilidade na adolescência e adultez emergente quanto o seu decréscimo acentuado a partir dos 30 anos, período em que os adultos estão possivelmente comprometidos com responsabilidades familiares e de carreira.

A evolução na religiosidade corrobora os resultados de vários estudos (*vd.* Aldwin, Spiro III & Park 2007; Krause 2006; Norris e Inglehart 2004). As razões para este incremento são atribuíveis tanto a mudanças sociais, quanto pessoais. De acordo com a tese da modernização, em que a secularização tenderia a aumentar com a industrialização das sociedades (Norris e Inglehart 2004), é de esperar que os mais novos sejam substancialmente menos religiosos do que os mais velhos. No entanto, o comprovado “alargado interesse na religião e na espiritualidade na velhice (...) pode

sinalizar tanto o abandono do controlo sobre a própria vida e o deslocamento desse controlo para outra entidade, quanto um movimento de afastamento de si próprio na direcção da generatividade” (Settersten Jr. e Gannon 2005, 48).

Mas a investigação salienta ainda como o género afecta as atitudes perante a vida. Nesse sentido, atendemos à interacção entre os escalões etários e o género nas várias dimensões (Figuras 6.8 e 6.9), sendo de salientar que as diferenças, embora significativas, têm um reduzido efeito (η_p^2 de 0,001 a 0,004), sugerindo que os efeitos atribuíveis a esta interacção são muito menos salientes do que os atribuíveis à idade. Assim, os padrões de variação não parecem afastar-se muito das tendências de evolução ao longo do ciclo vital, embora o impacto da idade pareça ser menor para os homens do que para as mulheres. São ainda óbvias as diferenças de género na religiosidade, com uma amplitude moderada ($\eta_p^2=0,037$), expressando as mulheres não apenas uma maior religiosidade em todas as idades da vida, como um padrão de incremento também mais expressivo ao longo da vida.

Figura 6.8 - Variação nas atitudes dos homens perante a vida ao longo do ciclo vital

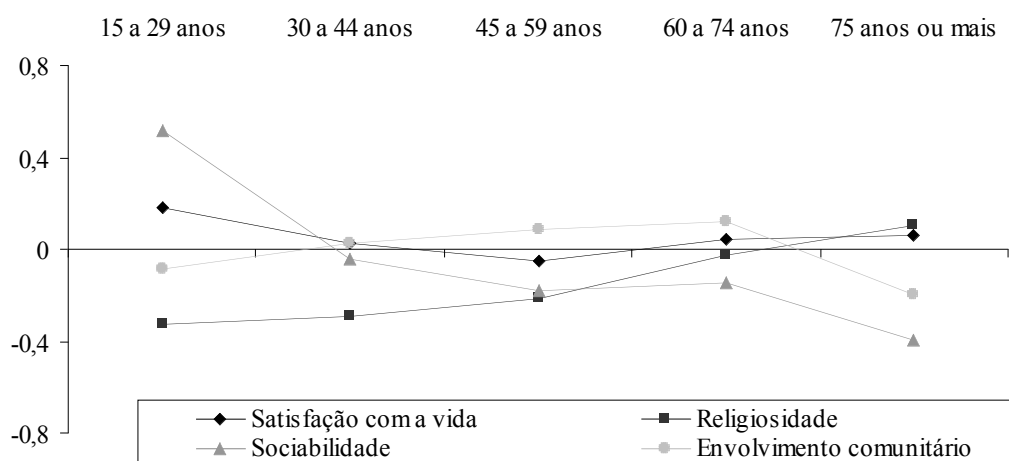
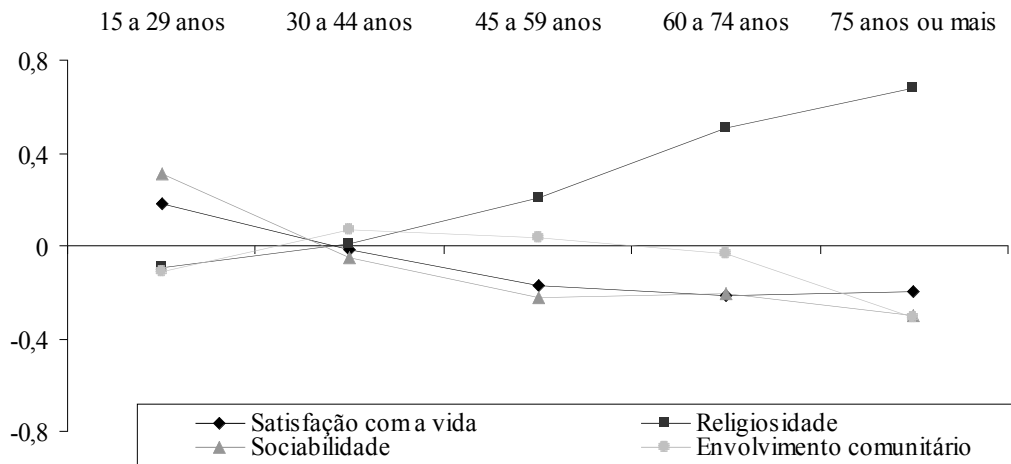


Figura 6.9 - Variação nas atitudes das mulheres perante a vida ao longo do ciclo vital



Finalmente, e no sentido de explorar em que medida os contextos sociais influenciam os padrões de atitudes perante a vida ao longo do ciclo vital, optámos por comparar esses padrões em três países oriundos dos três *clusters* acima identificados: a Polónia como exemplo do *cluster* com elevada religiosidade e positiva satisfação com a vida; Portugal, representando o grupo de elevada sociabilidade; e a Alemanha ilustrando o grupo com elevada satisfação com a vida e envolvimento comunitário. Trata-se de aprofundar a interacção entre agência e estrutura, na medida em que os *clusters* remetem para diversos significados sociais atribuídos às diferentes dimensões que poderão influenciar os padrões de variação individual ao longo do ciclo vital.

De salientar que as diferenças entre estes três países são significativas e com um tamanho do efeito que varia substancialmente (η_p^2 de 0,018 a 0,184), sendo muito expressivo na religiosidade ($\eta_p^2=0,184$) e no envolvimento comunitário ($\eta_p^2=0,122$). No que concerne à interacção entre o país e os escalões etários (Figuras 6.10, 6.11 e 6.12), embora as diferenças tenham uma intensidade reduzida (η_p^2 de 0,002 a 0,018), há algumas variações interessantes. Por exemplo, na Alemanha a satisfação com a vida revela uma maior estabilidade ao longo do ciclo vital, quase não havendo diferenças significativas entre os grupos etários; em Portugal, a tendência de incremento da religiosidade ao longo do ciclo vital não é expressiva, verificando-se antes uma tendência à estabilidade após a meia-idade; também em Portugal, as

variações na sociabilidade ao longo do ciclo vital são menos expressivas do que o padrão geral de um intenso decréscimo da adolescência e juventude para os outros momentos do ciclo vital – efectivamente, os mais velhos não se diferenciam significativamente dos restantes nesta dimensão; finalmente, na Polónia o envolvimento comunitário parece decrescer ao longo da vida, de forma diversa ao padrão encontrado para a amostra total.

Figura 6.10 - Variação nas atitudes perante a vida ao longo do ciclo vital na Polónia

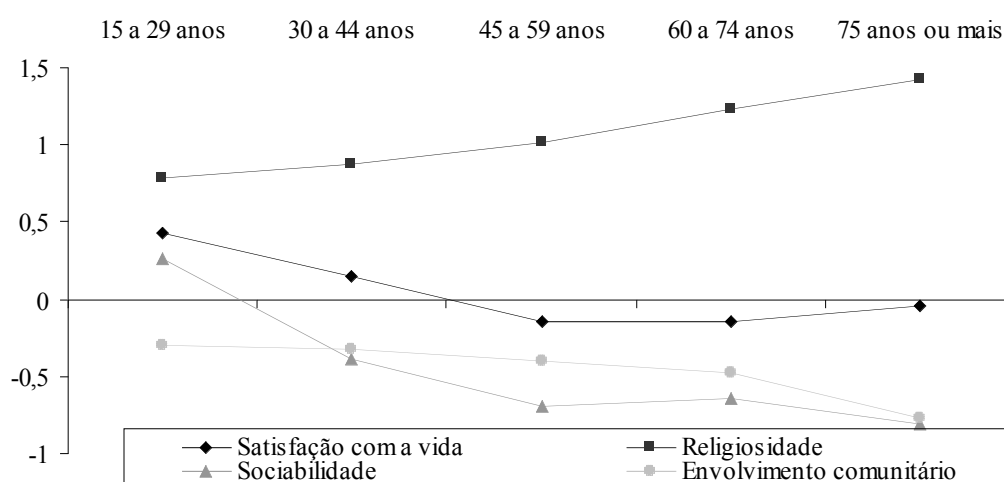


Figura 6.11 - Variação nas atitudes perante a vida ao longo do ciclo vital em Portugal

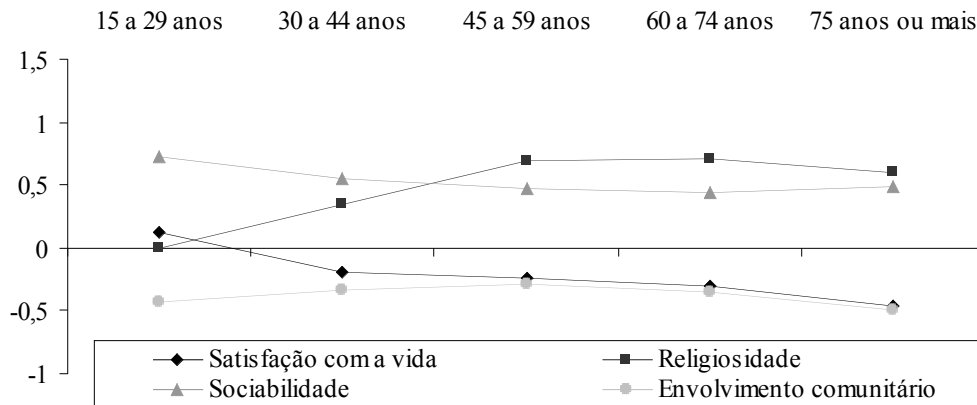
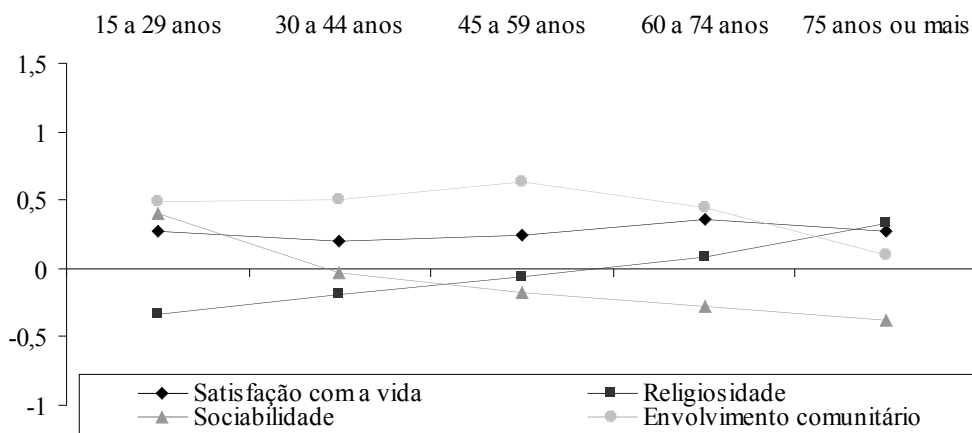


Figura 6.12 - Variação nas atitudes perante a vida ao longo do ciclo vital na Alemanha



O que estes resultados sugerem é que os padrões de evolução das atitudes perante a vida ao longo do ciclo vital estão fortemente dependentes do contexto nacional específico, que neste caso ilustra ainda os três tipos de grupos de países, emergentes da análise de *clusters*. É particularmente interessante constatar que as variações na satisfação com a vida são menos afectadas pela idade na Alemanha, país que se caracteriza, em termos comparativos, por uma elevada satisfação com a vida, de forma similar ao que acontece com a sociabilidade em Portugal. Neste último caso, não apenas a sociabilidade é mais intensa, mas os mais velhos não percebem uma diminuição nas oportunidades de interação com amigos e familiares – o que naturalmente é uma boa notícia. É também curioso verificar que a tendência de

incremento da religiosidade com a idade não se constata em Portugal, independentemente do país ser, tal como a Polónia, bastante religioso.

2.2. Atitudes perante a vida e transições de vida familiar

Os marcadores de transições de vida familiar (o casamento, o nascimento dos filhos, o divórcio, a viuvez) configuram o ciclo de vida familiar sinalizando (des)continuidades sociais e psicológicas ao longo da vida. Como afirmam Elder e O’Rand “os adultos trazem uma história de experiência de vida para cada transição, interpretam as novas circunstâncias a partir deste legado e produzem as adaptações que podem alterar o seu curso de vida” (1995, 456). Neste sentido, é de atender ao impacto destes acontecimentos nas atitudes perante a vida; começaremos por considerar as diferenças em função do estado civil (Quadro 6.3) e depois atenderemos ao impacto da mater/paternidade (acontecimento vivenciado por 70% da amostra) em interacção com o estado civil nas atitudes perante a vida.

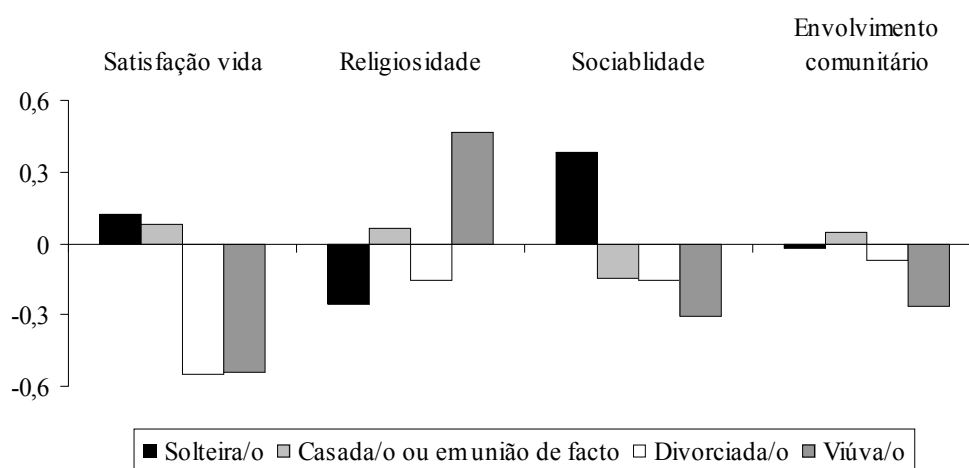
Quadro 6.3 - Caracterização da amostra segundo o estado civil

Escalões etários	N	%
Solteira/o	12718	25,8
Casada/o ou em união de facto	27691	56,3
Divorciada/o	4020	8,2
Viúva/o	4362	8,9
Omissos	417	0,8
Total	49207	100,0

No sentido de atender às diferenças em função do estado civil foi realizada uma análise de variância multivariada (MANOVA), mas introduzindo os escalões etários como co-variante. Como se pode observar na figura 6.13, embora as diferenças entre os grupos sejam sempre significativas, as variações mais expressivas, embora com um ligeiro tamanho de efeito, dizem respeito à satisfação com a vida ($\eta_p^2=0,046$) e à sociabilidade ($\eta_p^2= 0,020$). A satisfação com a vida é superior nas pessoas solteiras e casadas em comparação com as divorciadas e viúvas, enquanto a sociabilidade é significativamente superior nos indivíduos solteiros, não se distinguindo nos outros grupos. As variações na religiosidade ($\eta_p^2=0,011$) revelam que os indivíduos viúvos são significativamente mais religiosos, seguindo-se os

casados e, finalmente, os solteiros ou divorciados. Quanto ao envolvimento comunitário ($\eta_p^2=0,008$), são as pessoas solteiras e casadas que revelam uma maior participação, seguindo-se as divorciadas e, finalmente, as viúvas – sugerindo que a quebra de laços de conjugalidade, seja por divórcio ou viuvez, pode ter efeitos no envolvimento em redes de interação social mais vastas.

Figura 6.13 - Variação nas atitudes perante a vida em função do estado civil



A interacção entre o género e a vivência destes acontecimentos é significativa mas com um efeito muito baixo ($\eta_p^2=0,002$), sugerindo que o padrão geral do impacto do estado civil não é diferencialmente vivenciado por homens e mulheres. A interacção entre o estado civil e a mater/paternidade não é significativa, revelando que a experiência de ser mãe/pai não afecta os padrões de variação em função do estado civil; a interacção entre o país e o estado civil tem um impacto residual ($\eta_p^2=0,001$) e não é mesmo significativa para a interacção entre estas variáveis e o estatuto de mater/paternidade.

Assim, atenderemos apenas à interacção entre o país e o estado civil, embora o tamanho do efeito seja baixo ($\eta_p^2=0,002$) e apenas significativo na satisfação com a vida e na sociabilidade (Figuras 6.14, 6.15 e 6.16). Na Alemanha, embora o padrão de menor satisfação das pessoas divorciadas e viúvas se mantenha, a intensidade da variação é francamente menos expressiva – neste caso, apenas os casados se

diferenciam significativamente dos restantes; quanto à sociabilidade, ela é mais intensa nos indivíduos solteiros, seguindo-se os divorciados, os casados e, finalmente, os viúvos. Na Polónia, parece destacar-se o particularmente penalizador impacto do divórcio na satisfação com a vida e na sociabilidade. Em Portugal, as diferenças em função do estado civil não são significativas.

Figura 6.14 - Variação nas atitudes perante a vida em função do estado civil na Alemanha

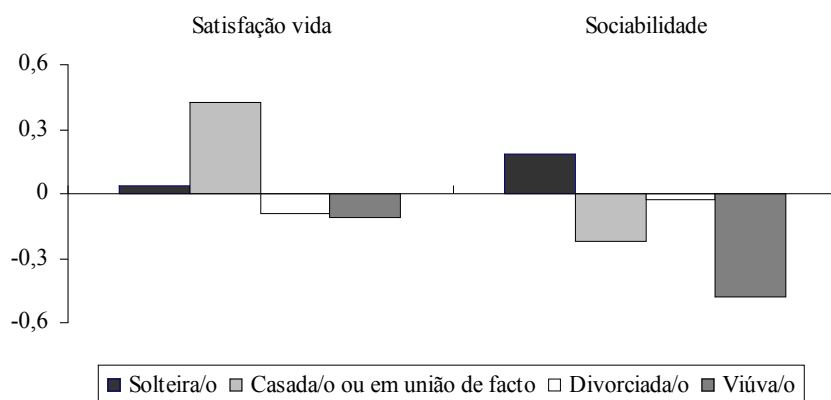


Figura 6.15 - Variação nas atitudes perante a vida em função do estado civil na Polónia

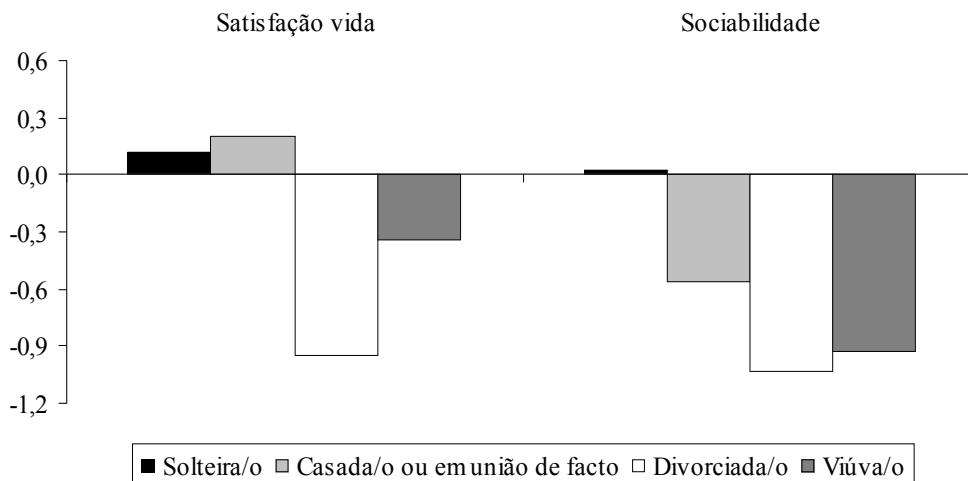
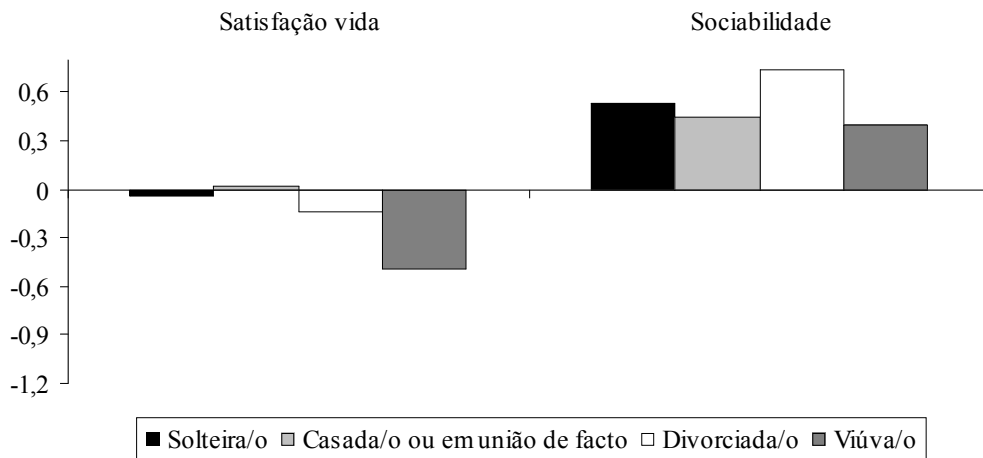


Figura 6.16 - Variação nas atitudes perante a vida em função do estado civil em Portugal



Novamente, os resultados reforçam a importância da contextualização cultural do impacto das transições familiares. Por exemplo, enquanto num país com uma forte religiosidade, como é a Polónia, transições tradicionalmente não-normativas, como o divórcio, parecem ter um impacto negativo forte, essa não é a situação em países como a Alemanha ou Portugal. No caso português é mesmo curioso verificar a ausência de variação na satisfação com a vida e na sociabilidade produzida por estas transições, sugerindo que os participantes não estão diferencialmente satisfeitos ou afectados na sua interacção com amigos e familiares – eventualmente, no caso da sociabilidade, porque esta convivialidade é fortemente favorecida pelo contexto. Na Alemanha, por seu lado, o padrão encontrado na sociabilidade seria mesmo o mais esperado em função da literatura sobre o impacto do divórcio, em que, após uma fase inicial de afastamento da rede de relações pré-divórcio, as pessoas reconstruíam uma nova rede social constituída por outros indivíduos divorciados ou solteiros e eventualmente mais disponível para uma convivialidade mais intensa.

A análise das atitudes perante a vida nos diferentes países, ao longo do ciclo vital e em função das transições de vida familiar sugere a relevância de uma visão miscigenada de agência *na* estrutura a que nos referimos na introdução deste capítulo, e que procede a uma leitura dos processos pessoais de construção de significados na interacção com os contextos de vida, incluindo aqui tanto as influências próximas quanto as distais, a estrutura de oportunidades diferencialmente distribuída em função

do género, dos escalões etários e das transições familiares ou os significados sociais historicamente construídos nos contextos nacionais (Anxo e Boulin 2006; Bronfenbrenner 1986; Bronfenbrenner e Evans 2000; Bynner 2005; Schulenberg, Maggs e Hurrelman 1997, Settersten Jr. e Gannon 2005). É neste sentido que nos pareceu interessante explorar os preditores tanto psicológicos quanto sociais da satisfação perante a vida – sintoma da crescente individualização que os responsabiliza pela própria (e singular) felicidade com a sua vida – ao longo do ciclo vital.

3. Política, economia e satisfação perante a vida

Todos nós vivemos prosseguindo diversos objectivos, formulando e reformulando projectos de vida, procurando construir uma vida com a qual nos sintamos satisfeitos. Saber o que faz as pessoas felizes é obviamente uma questão fundamental, e vários investigadores têm-se debruçado sobre ela. Entre a miríade de dimensões que se podem relacionar com a satisfação com a vida, a dimensão política e económica têm recebido bastante destaque na investigação. É sabido que as características dos regimes políticos interferem com a nossa qualidade de vida. Já Adam Smith discutia as relações entre a felicidade humana e as estruturas de governação, bem como as instituições económicas da sociedade (Owen, Videras e Willemsen 2008). Nesta secção, optámos por aprofundar o conhecimento que temos sobre a relação entre a satisfação com a vida e variáveis relacionadas com a confiança (nos outros e no sistema político), a satisfação com a economia e a democracia, o rendimento, e, por último, o empoderamento, explorando ainda as possíveis alterações da importância destes indicadores ao longo do ciclo vital.

Até à data, a literatura tem distinguido um conjunto de indicadores que, de forma sistemática, aparecem relacionados com a satisfação com a vida: o rendimento ou estatuto sócio-económico, encontrando-se, como seria de esperar, os indivíduos de nível sócio-económico mais elevado, mais satisfeitos com a sua vida; o nível educacional, igualmente no sentido positivo, com os mais habilitados a estarem mais satisfeitos; a situação de emprego, com os desempregados a demonstrarem maior insatisfação, situação que não consegue ser compensada pelo apoio da segurança social; a idade, com a satisfação a diminuir até cerca dos 45 anos, começando depois a

aumentar novamente (Oswald 1997; Diener e Seligman 2004; Bjornskov, Dreher e Fisher 2008), e também, as várias dimensões do capital social, mais uma vez no sentido esperado, isto é, com os que detêm maior capital social a revelarem maior satisfação (Helliwell 2003; Bjornskov 2003).

Um dos componentes do capital social – a confiança interpessoal, que diz respeito ao grau de confiança que as pessoas depositam umas nas outras – será alvo de uma atenção particular neste estudo. A confiança interpessoal tem vindo a ser associada a um maior bem-estar das comunidades (Menezes 2007), e à participação dos cidadãos em grupos e associações (Coleman 1988; Putnam 1993, 1995, 2000; Sullivan e Transue 1999), embora esta relação seja tanto mais positiva quanto menos hierarquizada é a organização na qual se participa, tendendo a diminuir à medida que a participação se prolonga no tempo (Putnam 1993; Stewart e Weinstein 1997; Stolle 1998).

A confiança é, em suma, considerada importante na manutenção de um clima social de cooperação, facilitando a acção e participação colectivas, e encorajando a preocupação pelo interesse público (Zmerli e Newton 2008).

Para além da confiança nas pessoas, a literatura tem também distinguido a confiança nas instituições políticas, como os parlamentos dos respectivos países, os partidos políticos, ou os tribunais (Giddens 1990; Seligman 1997; Zmerli e Newton 2008). Efectivamente, a confiança institucional, e particularmente a preocupação com a possibilidade do seu declínio, tem-se tornado um elemento permanente no discurso político contemporâneo (Walle, Roosbroek e Bouckaert 2008), embora a investigação empírica não tenha dado até à data uma resposta definitiva sobre o assunto. Efectivamente, se alguns autores defendem a existência de uma quebra continuada da confiança nas instituições ao longo do tempo (Pharr e Putnam 2000), outros concluem que os dados contrariam o discurso político e popular, argumentando não haver prova empírica que sustente a ideia da perda sistemática e continuada da confiança institucional ao longo do tempo (Walle *et al.* 2008; Wagner, Schneider e Halla 2009). Não obstante, quer a confiança interpessoal quer a confiança institucional, representam indicadores importantes na aferição da qualidade das democracias (Putnam 2001; Menezes 2007), e consequentemente, no bem-estar dos seus cidadãos (Tavits 2008).

A satisfação com a democracia (bem como a sua qualidade) tem também vindo a mostrar-se relevante na avaliação da satisfação com a vida (Owen *et al.* 2008; Helliwell e Huang 2008), e apesar das críticas relativas ao conceito, o mesmo tem sido considerado como um indicador sumário importante, cuja ambiguidade é aceitável (Clarke, Dutt e Kornberg 1993; Wagner *et al.* 2009).

Sucintamente, o empoderamento diz respeito ao grau em que os sujeitos, as organizações e as comunidades detêm o poder e o controlo (incluindo a consciência do mesmo) sobre as suas próprias vidas e contextos (Rappaport 1981, 1984). De acordo com Zimmerman (1995), o empoderamento comporta três níveis: individual, organizacional e comunitário. O nível individual ou psicológico, aquele que será aqui objecto de análise, subdivide-se em três dimensões: a intrapessoal, que se relaciona com as percepções de controlo, auto-eficácia, tomada de decisões e competência percebida; a interaccional, que compreende a consciência crítica, a compreensão sobre o funcionamento dos contextos envolventes, as competências de mobilização de recursos; e por último, a comportamental, que diz respeito aos comportamentos desencadeados de forma a exercer poder e controlo, como o envolvimento comunitário, participação em organizações e acções políticas (Zimmerman 1995, 2000).

O empoderamento tem sido consistentemente associado à participação em actividades e organizações comunitárias (Zimmerman e Rappaport 1988; Veiga e Menezes 2005) e, se é importante reconhecer que poder psicológico não é o mesmo que o poder real, nem a relação entre os dois deverá ser menosprezada (Rappaport 1984), nem tampouco a relação entre o empoderamento e a satisfação com a vida. Até porque, se Dorn, Fisher, Kirchgassner e Sousa-Poza (2008) não encontram uma associação entre o exercício da democracia directa e o bem-estar subjectivo percebido, já Owen e colegas (2008) referem que a oportunidade para participar no processo político tem uma correlação positiva com a satisfação com a vida.

No quadro abaixo (quadro 6.4) encontram-se as dimensões seleccionadas para este trabalho, bem como as questões do *European Social Survey* (os códigos das mesmas estão entre parêntesis) utilizadas para os medir.

Quadro 6.4 - Dimensões preditoras (e respectivas questões) da satisfação com a vida

Confiança interpessoal ($\alpha=0,73$)

De uma forma geral, acha que todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas ou acha que se pode confiar na maioria das pessoas? (A8)

Acha que a maior parte das pessoas tentam aproveitar-se de si sempre que podem, ou pensa que a maior parte das pessoas são honestas? (A9)

Acha que, na maior parte das vezes, as pessoas estão preocupadas com elas próprias ou acha que tentam ajudar os outros? (A10)

Confiança institucional ($\alpha=0,90$)

Diga-me, por favor, qual a confiança pessoal
que tem na Assembleia da República? (B4)
que tem no sistema jurídico? (B5)
que tem na polícia? (B6)
que tem nos políticos? (B7)
que tem nos partidos políticos? (B8)
que tem no Parlamento Europeu? (B9)
que tem nas Nações Unidas? (B10)

Satisfação com a economia

De um modo geral, qual o seu grau de satisfação com o estado actual da economia portuguesa? (B25)

Satisfação com a democracia

E, no geral, qual o seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal? (B27)

Rendimento

Se somar o rendimento de todas as fontes, qual é a letra que melhor descreve o rendimento líquido das pessoas que vivem nesta casa? Se não souber o número exacto, por favor, dê um valor aproximado. Refira-se ao período que conhece melhor: por semana, por mês ou por ano. (F32)

Empoderamento intrapessoal

Sinto que sou livre de decidir por mim próprio(a) como viver a minha vida. (E23)

Empoderamento interaccional

Com que frequência a política lhe parece tão complicada que não percebe verdadeiramente, o que se está a passar? (B2)

Empoderamento comportamental

Durante os últimos 12 meses, fez alguma das seguintes coisas?
Contactou um político, um representante do governo central ou um representante do poder local (B13)
Trabalhou para um partido político ou movimento cívico (B14)
Trabalhou numa organização ou associação de outro tipo (B15)
Usou um emblema auto-colante de campanha/movimento (B16)
Assinou uma petição (B17)
Participou numa manifestação (B18)
Boicotou determinados produtos (B19)

Como medida da confiança interpessoal, utilizámos os três itens acima indicados, itens esses frequentemente usados na literatura para este efeito, designados como escala Rosenberg (Zmerli e Newton 2008). O alfa de *Cronbach* mostra-se aceitável ($\alpha = 0,73$), nomeadamente atendendo ao baixo número de itens. Como expectável, e em consonância com investigações anteriores (para vários exemplos, ver

Zmerli e Newton 2008), estes 3 itens agrupam num só factor (para um *eigenvalue* superior a 1), explicando 65% da variância.

Relativamente à confiança institucional, é interessante notar o elevado alfa (as correlações inter-itens variam entre 0,354 e 0,857), indicando a relativa ausência de discriminação por parte dos respondentes quanto à confiança nas diferentes instituições mencionadas. Efectivamente, também uma análise factorial levada a cabo sobre estes itens, aponta 1 único factor para um *eigenvalue* superior a 1, sendo este único factor responsável pela explicação de 62% da variância. Adicionalmente, o alfa mostra-se bastante elevado ($\alpha = 0,90$), descendo quando se retira qualquer um dos itens. Este dado contraria aquilo que esperaríamos, de encontrar diferenças pelo menos entre as instituições primariamente políticas, por um lado, e o sistema jurídico e a polícia, por outro. Pensávamos ser ainda possível que os sujeitos distinguíssem as instituições políticas de âmbito nacional (a assembleia da república, os políticos e os partidos políticos) das de âmbito internacional (Parlamento Europeu e Nações Unidas).

Não obstante, as análises mostram uma relativa indiferenciação de todas as instituições mencionadas, indicando a tendência para uma confiança institucional geral, que abarca as instituições políticas nacionais, internacionais, sistema jurídico e polícia. Esta indiferenciação não é, pelo menos na sua totalidade, algo de surpreendente, se atendermos à dificuldade que alguns estudos têm sentido ao avaliar as instituições europeias, com as opiniões acerca da União Europeia a reflectirem, em grande medida, as opiniões sobre as instituições nacionais (Karp, Banducci e Bowler 2003). No entanto, o estudo de Karp e colegas (2003) complexifica esta questão, fazendo notar a existência de uma maior discriminação entre aqueles que estão politicamente mais informados. Assim, será igualmente interessante explorar em futuras análises, se este efeito também é encontrado nos dados do ESS.

Da análise das dimensões que são constituídas por mais do que um item, passamos de seguida ao estudo das relações entre as variáveis predictoras.

No sentido inverso ao da generalidade da investigação empírica, que tem revelado relações baixas (não significativas) entre a confiança interpessoal e a confiança institucional (Kaase 1999; Uslaner 2002; Mishler e Rose 2005), os nossos

resultados mostram uma correlação forte e significativa ($r= 0,417$; $p<0,001$) entre ambas as variáveis. Contrariamente à maioria da investigação empírica, os dados agora apresentados vêm de encontro à assumpção teórica de que a confiança interpessoal ou social e a confiança institucional ou política estão fortemente interligadas e se influenciam mutuamente (e.g., Putnam 1993, 2000; Inglehart 1997; Seligman 1997). A explicação para este facto poderá encontrar-se em aspectos metodológicos, uma vez que, como referem Zmerli e Newton (2008), a maioria destes estudos usam escalas de confiança dicotómicas ou até 4 pontos, e não de 11 pontos como no ESS. Este autor encontra também uma ligação forte entre os dois tipos de confiança (controlando anos de educação, pertença a minorias étnicas, género, idade, satisfação com a vida, horas de consumo de *media*, encontrar-se socialmente com amigos, ser religioso, e pertença a meio rural-urbano), mas somente ao nível transnacional (e não ao nível individual).

Adicionalmente, são vários os estudos que relatam associações significativas entre os dois tipos de confiança – interpessoal (ou social) e institucional (ou política) – e o nível de satisfação com a democracia (e.g., Anderson e Guillory 1997; Zmerli e Newton 2008). A confiança institucional é, de resto, uma das três dimensões explicativas que Karp e colegas (2003) propõem como fundamentais na aferição da satisfação com a democracia na União Europeia (as outras duas são os benefícios económicos e a mobilização cognitiva). Também os nossos dados apontam no mesmo sentido, estando a satisfação com a democracia correlacionada significativamente com a confiança interpessoal ($r=0,350$, $p<0,001$) e de forma muito expressiva com a confiança institucional ($r=0,584$, $p<0,001$). Este último dado poderá apenas surpreender pela sua magnitude, uma vez que seria expectável que a confiança nas instituições políticas seja condição *sine qua non* de satisfação com a democracia.

Talvez mais curioso serão as elevadas correlações que a satisfação com a economia tem, quer com as variáveis relativas à confiança ($r=0,367$, $p<0,001$, no que diz respeito à confiança interpessoal; $r=0,501$, $p<0,001$, no que diz respeito à confiança institucional), quer com a satisfação com a democracia ($r=0,578$, $p<0,001$). Neste contexto, é ainda interessante notar a relativamente mais baixa correlação entre a satisfação com a economia e o rendimento do agregado familiar ($r=0,341$, $p<0,001$). O que significa que embora exista uma relação significativa entre a situação

económica do sujeito e a avaliação que este faz da economia, esta não é tão expressiva quanto a ligação entre a avaliação da economia, a confiança interpessoal, e, principalmente, a satisfação com a democracia. No mesmo sentido, embora no contexto europeu, Karp e colaboradores (2003) constatarem que as avaliações do funcionamento democrático da UE são motivadas pela percepção dos benefícios económicos e custos associados à pertença. Anderson e Guillory (1997) mostram como a economia é considerada um dos principais determinantes das atitudes relativamente ao processo democrático, tendo um impacto forte na satisfação com a democracia. Assim, satisfação com a economia, satisfação com a democracia e confiança institucional, parecem constituir os vértices de um triângulo, inextricavelmente ligados entre si, cujo sentido se compreende mais profundamente enquanto parte deste todo.

No que diz respeito à relação das variáveis do empoderamento entre si, é interessante notar que são genericamente baixas – designadamente entre o empoderamento intrapessoal e interaccional ($r=0,111$, $p<0,001$), e entre o empoderamento intrapessoal e comportamental ($r=-0,055$, $p<0,001$) – ou moderadas, no caso da relação entre o empoderamento interaccional e comportamental ($r=-0,217$, $p<0,001$), indicando que aqueles que consideram os assuntos políticos menos compreensíveis, tendem a participar menos. Dito de outra forma, cidadãos menos empoderados ao nível interaccional são-lo igualmente ao nível comportamental.

Chegados aqui, importa agora verificar o efeito que estas variáveis têm na satisfação com a vida e as possíveis alterações deste ao longo do ciclo vital. Para este objectivo realizámos regressões múltiplas separadamente para cada um dos escalões etários, agrupando as variáveis predictoras em três modelos, da seguinte forma: um primeiro modelo constituído pela confiança interpessoal e institucional, um segundo modelo formado pela satisfação com a democracia, satisfação com a economia e rendimento, e, por último, um terceiro modelo com as variáveis do empoderamento (intrapessoal, interaccional e comportamental). Os resultados apresentam-se no quadro 6.5. É importante chamar a atenção para o facto de termos construído variáveis *dummies* para o empoderamento comportamental (com o grupo de comparação constituído pelos que nunca participaram, o grupo 1 pelos que participaram em uma ou duas das referidas actividades, o grupo 2 pelos que

participaram em três ou quatro actividades, e o grupo 3 pelos que participaram em cinco, seis ou sete actividades), facto que decorreu de nos termos apercebido, através de uma inspecção visual dos dados, da possibilidade de uma relação não linear entre esta variável e a satisfação com a vida.

Quadro 6.5 - Modelos de regressão à satisfação com a vida, em função dos escalões etários

Escalões etários	15 aos 29 anos			30 aos 44 anos			45 aos 59 anos			60 aos 74 anos			Mais de 75 anos		
	1º Mod.	2º Mod.	3º Mod.	1º Mod.	2º Mod.	3º Mod.	1º Mod.	2º Mod.	3º Mod.	1º Mod.	2º Mod.	3º Mod.	1º Mod.	2º Mod.	3º Mod.
Confiança interpessoal	0,27**	0,16**	0,15**	0,27**	0,13**	0,12**	0,24**	0,09**	0,09**	0,32**	0,16**	0,14**	0,31**	0,19**	0,16**
Confiança institucional	0,20**	n.s.	n.s.	0,24**	n.s.	n.s.	0,27**	0,08**	0,07**	0,22**	n.s.	n.s.	0,15**	-0,08*	-0,08*
Satisfação economia		0,25**	0,25**		0,29**	0,27**		0,22**	0,21**		0,23**	0,22**		0,26**	0,25**
Satisfação democracia		0,08**	0,08**		0,09**	0,08**		0,11**	0,11**		0,13**	0,13**		0,14**	0,12**
rendimento		0,23**	0,22**		0,34**	0,33**		0,34	0,32**		0,32**	0,31**		0,34**	0,30**
Empoderamento intrapessoal			-0,20**			-0,22**			-0,25**			-0,24**			-0,22**
Empoderamento interaccional			0,06**			n.s.			n.s.			n.s.			n.s.
Empoderamento comportamental (grupo 1 vs. 0)			n.s.			n.s.			n.s.			n.s.			n.s.
Empoderamento comportamental (grupo 2 vs. 0)			n.s.			0,03*			0,03*			0,03*			n.s.
Empoderamento comportamental (grupo 3 vs. 0)			-0,024			n.s.			n.s.			n.s.			n.s.
Variância Explicada Ajustada	16%	28%	32%	19%	40%	45%	18%	38%	44%	21%	40%	45%	15%	38%	43%

Nota: São apresentados os valores Beta. A ausência de *, significa $p < 0,05$. * $p < 0,01$; ** $p < 0,001$; n.s. = não significativo. A passagem do 1º para o 2º modelo, bem como do 2º para o 3º modelo foi, em todos os grupos etários, estatisticamente significativa, com $p < 0,001$.

Em primeiro lugar, importa destacar a magnitude da variância explicada por este conjunto de variáveis na explicação da satisfação com a vida. A confiança interpessoal e institucional (que constituem o primeiro modelo) começam por explicar entre 15 e 21% da variância. Com a entrada da satisfação com a economia, satisfação com a democracia, e rendimento do agregado familiar, as variâncias explicadas passam a situar-se entre os 28 e os 40%. Ao introduzirmos os itens relativos ao empoderamento passamos a ter variâncias explicadas entre os 32 e os 45%. Ou seja, podemos explicar entre 1/3 a metade da variação na satisfação com a vida através das oito dimensões em análise, o que nos parece mostrar inequivocamente a grande importância que a dimensão económica, por um lado, e a dimensão política, por outro, desempenham na satisfação dos europeus com a vida.

No que diz respeito à variação da importância dos preditores escolhidos ao longo dos diferentes grupos etários, podemos constatar uma ausência de alterações substanciais ao longo da vida, o que indica a relevância “universal” destas dimensões no ciclo vital. Não nos parece que estas sejam “boas” ou “más notícias”. Essencialmente, revela-nos o papel estrutural que as variáveis em análise desempenham em todas as idades, mostrando-se importantes desde (pelo menos) o início da vida adulta, e mantendo-se constantes a partir daí para todos os grupos etários.

Parece-nos também interessante notar o impacto que a confiança interpessoal e a confiança institucional têm na satisfação com a vida. Com efeito, estas duas variáveis conseguem explicar entre 15 a 21% da variância desta última. Indivíduos com maior confiança nos outros e maior confiança nas instituições que os rodeiam, encontram-se mais satisfeitos com a sua vida. A magnitude deste efeito vem assim realçar a importância dos contextos relacionais e políticos na felicidade humana.

Note-se, no entanto, que com a entrada (no segundo modelo) das variáveis relativas à satisfação com a democracia e a economia, e do rendimento do agregado familiar, constatamos uma diminuição dos valores *Beta* da confiança interpessoal e institucional na explicação da satisfação com a vida, diminuição particularmente acentuada no caso da confiança institucional, com o efeito a deixar de atingir a significância estatística em alguns grupos etários, facto que é naturalmente explicado

pela forte relação (de covariância) entre a satisfação com a democracia, a satisfação com a economia, e a confiança institucional, como tivemos oportunidade de ver acima. Resumidamente, podemos assim concluir que os sujeitos mais satisfeitos com a vida são também os que mais confiam nas instituições, e ainda os mais satisfeitos com a democracia.

Ainda no que diz respeito às variáveis do segundo modelo, importa evidenciar o peso que a satisfação com a economia e, de forma ainda mais pungente, o rendimento do agregado familiar, têm na satisfação com a vida. Com efeito, este último é o preditor com o Beta mais elevado (mesmo contando com as variáveis do terceiro modelo), mostrando o forte impacto relativo que o rendimento assume na satisfação com a vida. A correlação entre a satisfação com a vida e o rendimento é, de resto, bastante elevada ($r=0,501$, $p<0,001$). Perante a magnitude deste efeito, perguntámo-nos se esta relação diminuiria à medida que fossemos subindo na estrutura social, isto é, se a força da relação entre a felicidade humana e o rendimento diminuiria a partir de determinado ponto, designadamente quando os sujeitos atingiram já uma segurança monetária satisfatória. De resto, esta relação não linear entre a satisfação com a vida e o rendimento foi já observada ao nível transnacional, com esta última variável a perder grande parte da sua capacidade preditora a partir de um rendimento médio de aproximadamente 10 000 dólares norte-americanos (Schyns, 1998). Consequentemente, procurámos relações não lineares entre os dois indicadores, recorrendo quer à inspeção visual dos dados, quer a equações de regressão não linear. Os resultados foram, para nós, surpreendentes: embora uma regressão não linear se ajuste melhor aos dados, o acréscimo de variância explicada é de apenas 2,5% (passando de 25% de variância explicada através de um modelo linear, para um máximo de 28% com um modelo não linear). Assim, cabe-nos apenas constatar a ligação estreita entre o rendimento e a satisfação com a vida, mesmo nos sujeitos com rendimentos mais elevados, o que parece dar alguma razão àqueles que vêm advertindo acerca de uma excessiva materialização das nossas sociedades. Fica no entanto em aberto, para futuras investigações, a existência de um grupo de sujeitos (ou até países), que tendo já atingido um nível razoável de bem-estar material, faça a sua felicidade depender essencialmente de outros aspectos que não o incremento do rendimento familiar.

No que diz respeito ao empoderamento, começamos por notar a importância que o empoderamento intrapessoal parece ter na explicação da satisfação com a vida. Efectivamente, como podemos observar pelos valores *Beta*, esta variável assume-se como a segunda ou terceira (consoante o grupo etário) mais importante na explicação da satisfação com a vida (juntamente com o rendimento e a satisfação com a economia).

Já relativamente à dimensão interaccional do empoderamento, somos confrontados com a falta de efeitos significativos (no único caso em que o efeito é significativo, é muito baixo), indicando-nos que a consciência crítica e a compreensão sobre o funcionamento dos contextos envolventes, não parece ter grande influência na satisfação com a vida. Esta ausência de efeito poderá ainda dever-se a alguma covariância com outras variáveis, designadamente com a dimensão comportamental do empoderamento (em que os sujeitos com menor grau de compreensão política sejam simultaneamente os que não participam politicamente).

Por fim, podemos verificar uma ligeira influência da dimensão comportamental do empoderamento na satisfação com a vida. É interessante notar que parece existir um nível óptimo de participação política, com os sujeitos do grupo dois (que participaram entre duas a quatro actividades) a acusarem uma maior satisfação com a vida quando comparados com o grupo que não participou em qualquer actividade (em 3 dos 5 grupos etários). Esta diferença “perde-se” no grupo que em mais actividades participa (grupo 3, entre cinco e sete actividades), indicando que a satisfação com a vida destes sujeitos é semelhante à dos sujeitos que não participa. Isto verifica-se na maioria dos grupos etários, com excepção dos sujeitos mais novos, relativamente aos quais o mais elevado nível de participação (entre cinco a sete actividades) é indicador de menor satisfação com a vida (comparativamente ao grupo que não participa).

Concluindo, parece-nos clara a influência da dimensão política na satisfação com a vida dos sujeitos, quer pelo impacto verificado da satisfação com a democracia e da confiança nas instituições, quer igualmente pela importância do empoderamento intrapessoal e comportamental. Ainda mais importante na explicação da satisfação dos europeus com as suas vidas, parece ser a dimensão económica, quer pela relevância da satisfação com a economia, quer pela magnitude e omnipresença do

efeito do rendimento. Parece, no final de contas, ser evidente a dificuldade dos europeus em separar não só o dinheiro da felicidade, bem como os ganhos económicos da satisfação política.

Conclusão

Assumimos, ao longo deste capítulo, uma visão miscigenada de agência *na* estrutura que procura perceber como os indivíduos constroem significados-em-contexto para a sua vida, centrando-nos em indicadores relevantes do domínio pessoal, social e transcendental dos sujeitos, como a satisfação com a vida, a religiosidade, a sociabilidade e o envolvimento comunitário.

Sendo verdade que os diversos países europeus apresentam um perfil variado nestes indicadores – Portugal tem uma média ligeiramente negativa de satisfação com a vida e de envolvimento comunitário, uma elevada religiosidade e a mais elevada sociabilidade de entre os países participantes – uma análise de clusters permitiu identificar três “Europas”, embora se trate de uma leitura centrada nos dados e não conceptualmente orientada: “uma” satisfeita com a vida, envolvida na comunidade, moderadamente religiosa e moderadamente sociável; “uma” religiosa e moderadamente satisfeita, com fraca sociabilidade e envolvimento comunitário; e, finalmente, “uma” francamente sociável, medianamente religiosa, satisfeita e envolvida na comunidade. A primeira associa países da Europa Central e do Norte (Áustria, Bélgica, Suíça, Alemanha, Dinamarca, Irlanda e Noruega); a segunda agrupa maioritariamente de países do centro e leste da Europa; a terceira envolve países da faixa mais ocidental e mais oriental da Europa (Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, *Portugal*, Federação Russa, Suécia, Ucrânia).

Esta leitura a partir do contexto seria novamente ensaiada quando atendemos às variações nas atitudes perante a vida ao longo do ciclo de vida e no impacto de marcadores de transições de vida familiar (o casamento, o nascimento dos filhos, o divórcio, a viuvez) nessas mesmas atitudes. Nos dois casos, o “padrão” geral de variação – por exemplo, a expressiva diminuição da sociabilidade ao longo da vida – é claramente afectado pelo contexto – em Portugal, país com elevada sociabilidade, esta diminuição é menos acentuada. Sugere-se, assim, que evolução das atitudes

perante a vida ao longo do ciclo vital está fortemente dependente do contexto nacional específico e esse nível de leitura deve ser acentuado em estudos futuros.

Finalmente, exploramos o papel preditor de variáveis como a confiança interpessoal e a confiança institucional, a satisfação com a democracia e a economia e o rendimento do agregado familiar e o empoderamento psicológico na satisfação com a vida. Os resultados reforçam o peso de variáveis de natureza relacional, económica e política na satisfação com a vida ao longo da vida, sugerindo que a construção subjectiva e pessoal da felicidade é efectiva e inevitavelmente *em-contexto*.